

RESENHA

*Daniel Charles Heringer Gomes**

POYTHRESS, Vern S. **Interpreting Eden: A Guide to Faithfully Reading and Understanding Genesis 1-3**. Wheaton, Il: Crossway, 2019. 400 p.

O autor

Vern Sheridan Poythress (n. 1946) é um filósofo cristão conhecido pela diversidade dos assuntos abordados em sua obra. Tendo iniciado sua carreira acadêmica na área das ciências exatas, Poythress obteve seu Ph.D. em Matemática na Universidade de Harvard em 1970. Em seguida, adquiriu formação em Teologia, com estudos no Westminster Theological Seminary (M.Div. e Th.M., 1974), na Universidade de Cambridge (M.Litt., 1977) e na Universidade de Stellenbosch (Th.D., 1981). Junto com John Frame, é conhecido pelo multiperspectivalismo, uma linha de pensamento teológico desenvolvida por ambos e fundamentada nas ideias de Cornelius Van Til.¹

A interdisciplinaridade perpassa toda a sua obra, na qual advoga uma visão cristã da ciência, da matemática, da filosofia, assim como de diversas outras disciplinas. O tema da interpretação de Gênesis sempre esteve presente em seus escritos acerca da ciência, de forma especial em *Redimindo a Ciência*,² originalmente publicado em 2006. Entretanto, é em *Interpreting Eden* (2019) que suas considerações sobre o assunto são organizadas de forma mais completa e detalhada.

* Graduado em Física pela Universidade de São Paulo, onde também cursa o mestrado na área de Cosmologia Computacional; é aluno do programa de MDiv do CPAJ, na área de Estudos Histórico-Teológicos (Teologia Filosófica).

¹ A biografia de Poythress encontra-se em seu site [\url{https://frame-poythress.org}](https://frame-poythress.org). Acesso em: 7 jan. 2020.

² POYTHRESS, Vern S. *Redimindo a ciência: uma abordagem teocêntrica*. Brasília, DF: Monergismo, 2019.

A obra

Interpreting Eden é, em grande parte, baseado em artigos que o autor escreveu para o *Westminster Theological Journal*. Todavia, isso não afeta de forma alguma a fluidez da leitura ou a estrutura de seu argumento. A organização dos tópicos no livro é excelente, e, apesar de sua diversidade, segue uma linha de raciocínio bem construída.

A proposta de Poythress não é fornecer uma descrição do relato da criação em termos científicos; portanto, não há uma argumentação quanto à forma de associar os detalhes do texto bíblico com as alegações da ciência moderna. O autor só apresenta uma possível descrição “conciliatória” no penúltimo capítulo (p. 272-275), ressaltando seu caráter tentativo. Por isso, os leitores que se aproximarem do livro em busca de uma resposta fácil para o debate acerca de Gênesis sairão frustrados. O que o autor traz, entretanto, é algo muito mais valioso: um estudo abrangente acerca dos princípios que devem nortear qualquer interpretação do relato da criação.

O livro é dividido em três partes: “Princípios interpretativos básicos” (caps. 1-7), “Preocupações exegéticas” (caps. 8-10) e “Interpretando Gênesis 1-3 como uma totalidade maior” (caps. 11-15).³ As duas primeiras partes funcionam como argumentos distintos, sendo que a segunda faz alusão aos princípios estabelecidos na primeira. Por fim, a última parte funciona como uma aplicação, na qual o autor utiliza-se de todo o conteúdo exposto para discutir a ideia de medidas de tempo e abordar a questão dos dias da criação. Há também quatro apêndices (p. 291-360), que aprofundam alguns tópicos mencionados ao longo do livro.

Panorama

Princípios interpretativos básicos (caps. 1-7): na primeira seção, Poythress expõe como nossas crenças básicas – em Deus e em seus atributos – afetam a forma pela qual devemos olhar o texto de Gênesis. Trata-se de uma análise extensa e perspicaz, quase sempre negligenciada no debate moderno das origens, que joga luz em diversos pressupostos anticristãos que costumam permear nossa aproximação ao relato da criação.

O autor estabelece o contraste entre as cosmovisões secular e cristã, e suas respectivas implicações no entendimento da natureza do livro de Gênesis. Um exemplo é a questão da relação entre o relato bíblico e as demais narrativas de criação do Antigo Oriente Próximo (p. 39-40). Uma visão materialista terá que entender Gênesis como parte de um contexto cultural mais amplo, tendo sido escrito, talvez, sob influência das crenças dos demais povos da região. Para o cristão, entretanto, o Deus criador, que sustenta todo o universo, tinha

³ No original: Basic Interpretive Principles, Exegetical Concerns e Interpreting Genesis 1-3 as a Larger Whole.

todo o contexto do Antigo Oriente Próximo sob seu controle, e falou ao povo, em Gênesis, levando em conta tal contexto, mas estabelecendo uma voz claramente dissonante.

Com essa base, o autor discute o conceito de acomodação. Utilizado diversas vezes ao longo da história da igreja, trata-se da ideia de que Deus acomoda o conteúdo de sua fala às limitações do ouvinte, ou seja, fala em uma linguagem adequada ao contexto. O interessante é que o mesmo Deus que se comunica dessa maneira também foi o criador do contexto e da linguagem aos quais acomoda seu discurso. Dessa forma, a acomodação não se deve a uma limitação do comunicador (essa e outras sutilezas do conceito de acomodação são tratadas no Apêndice B). Todos os detalhes do processo de comunicação estão sob o controle de Deus, e cremos que ele não incluiu falha alguma em sua Palavra.

Todavia, intérpretes críticos veem a acomodação de forma diferente. Para eles, a Palavra de Deus pode ter sido acomodada a crenças errôneas (por exemplo, uma cosmologia primitiva) e, nesse sentido, incluir erros. Poythress chama essa posição de “abordagem veículo-carga” (p. 67). Trata-se da crença de que, apesar do conteúdo teológico das Escrituras (*carga*) ser inerrante, ele é entregue através de um *veículo* falho: verdades teológicas são transmitidas através de histórias e constatações possivelmente errôneas.

Para interagir com essa alegação, o autor chama à atenção alguns “mitos modernos” e alerta-nos a evitá-los. Dentre eles, destaca-se o chamado “mito da metafísica científicista”: a crença de que uma descrição da realidade em termos técnicos é metafisicamente mais fundamental que outras descrições. Intérpretes presos a esse mito tendem a impor uma preocupação científica anacrônica e projetar um significado alheio às afirmações do texto. Devemos entender que uma proposição em linguagem natural (que descreve os fenômenos como eles parecem ao observador) não é menos real que uma explicação especializada do mesmo fato.

Assim, é estabelecida uma distinção importante: enquanto a abordagem veículo-carga sugere que a Bíblia contém crenças em modelos científicos errôneos, Poythress entende que ela simplesmente é silente quanto a tais modelos, e que tentar ler uma descrição científica da realidade no texto bíblico é um anacronismo motivado pelo mito acima descrito.

Para encerrar a primeira parte, tendo estabelecido que Gênesis deve ser lido em seus próprios termos, o autor explora qual é o seu gênero literário. Após uma exposição de alguns princípios de teoria literária, ele mostra como o livro de Gênesis, inclusive os capítulos 1-11, pode ser classificado como prosa narrativa de não ficção.⁴ Então, o autor argumenta que a estratégia de textos

⁴ A distinção ficção e não ficção é utilizada como referente aos termos nos quais a narrativa se propõe a ser lida, não em relação à veracidade do relato.

narrativos como esse baseia-se em demonstrar em vez de simplesmente mencionar o caráter das personagens (p. 128-130). No caso do relato da criação, o caráter de Deus é demonstrado através de seus atos. Por isso, a veracidade do conteúdo teológico do texto, dado que este é de gênero não fictício, depende da veracidade do relato narrado.

Preocupações exegéticas (caps. 8-10): a segunda parte da obra introduz o que talvez seja a principal contribuição do livro à questão da literalidade de Gênesis, embora essa aplicação apareça de forma explícita apenas na seção seguinte, no capítulo final. O autor demonstra, passando por cada dia da semana e pelo relato de Gênesis 2 e 3, as semelhanças e diferenças entre os atos criativos de Deus e sua providência, que mantém as coisas criadas. Criação e providência, para Poythress, são profundamente correlacionadas. A ideia é que, sendo ambas obras das mesmas mãos, a criação é a base para a qual a providência de Deus aponta (p. 143-144). Deus comanda assim como, de maneira derivativa, nós também comandamos; Deus separa as águas assim como hoje as águas separam-se com o surgir das nuvens; Deus faz surgir a terra seca assim como, após uma inundação, as águas escorrem e dão lugar à terra seca.

Não obstante, os dois polos também possuem diferenças claras. O evento da criação de Eva, a partir da costela de Adão, e a feminilidade da mulher dentro da ordem da providência, por exemplo, só fazem sentido se entendidos como fatos reais e distintos (p. 203) – o segundo derivado do primeiro. Assim, a relação entre criação e providência não é de metáfora, mas sim de analogia. Nota-se que o termo analogia é usado no sentido vantiliano. Da mesma forma que o conhecimento humano é derivativo do conhecimento divino e, consequentemente, análogo, os processos pelos quais a providência divina atua derivam de um primeiro ato criativo. Não é surpresa que eles sejam considerados análogos.

Através de sua análise, Poythress ressalta como a escolha de Deus quanto à forma de narrar sua criação envolve o uso dos fenômenos análogos conhecidos pelo povo. Não poderia ser diferente, uma vez que a própria linguagem pressupõe o conhecimento daquilo a que se refere. A criação do mundo inteiro é algo completamente fora de nossa experiência ordinária e, dessa forma, a comunicação dos atos da criação só poderia ser acomodada ao nosso entendimento pela alusão aos atos de providência.

Interpretando Gênesis 1-3 como uma totalidade maior (caps. 11-15): à luz das duas seções anteriores, a parte final do livro explora as implicações das ideias apresentadas na interpretação mais geral de Gênesis 1-3. O autor finalmente entra na questão do tempo e da duração dos dias da criação. Assim, exemplifica como os princípios interpretativos alteram os termos do debate.

O ponto de partida é o fato de que períodos de tempo só podem ser medidos se em referência a algum padrão. Há diversos ritmos sincronizados que servem a esse propósito: o ciclo do sol, o ciclo das estações do ano, ciclos biológicos e até o ritmo de um relógio devidamente calibrado. Todavia, não

podemos assumir que todos esses padrões existam em sincronia desde o início da semana de criação. Indo além, o próprio conceito de “duração” de um dia depende de um parâmetro externo de medição (p. 228).

Se um ponto de vista técnico não é metafisicamente mais fundamental que o ponto de vista experiencial, como defendido na Parte 1, não podemos atribuir um ponto de referência técnico (tal como um suposto relógio padrão) às passagens de tempo em um texto que foi escrito na outra perspectiva. A palavra dia, em Gênesis, não pressupõe a carga de um parâmetro de medição especializado; logo, não implica em uma medida de “tempo de relógio”. Com isso, o autor não está propondo um significado mais abrangente que *dia* à palavra hebraica *yom*, mas sim caminhando rumo a uma elucidação da concepção de dia em uma cultura pré-científica.

A consequência é que apenas dois possíveis sentidos básicos para os dias sequenciais, com tarde e manhã, sobrevivem: dia como um ciclo de luz e trevas ou dia como um ciclo de trabalho e descanso. Poythress mostra que outras tentativas, quando analisadas minuciosamente, acabam sendo fundamentalmente variações desses mesmos princípios.

Resta a questão: como que essa proposta se encaixa no debate acerca da literalidade do texto? A resposta é o tópico do último capítulo. Poythress sugere que a polaridade literal/figurativo não é boa para o entendimento da natureza do relato de Gênesis. A palavra *literal*, dependendo do significado atribuído a ela, pode sugerir uma identidade entre criação e providência, pautada em uma leitura puramente fisicalista, enquanto o termo *figurativo* leva à ideia de equívocidade, na qual preserva-se apenas um sentido simbólico. Estando estabelecida a relação analógica entre criação e providência, a discussão naqueles termos torna-se desnecessária e prejudicial (p. 280-285). A analogia é a forma de se entender tanto a realidade factual de cada acontecimento da narrativa de Gênesis 1-3 quanto seu significado teológico (p. 286).

Relevância

Recomendamos o livro como de suma importância para qualquer cientista ou teólogo que visa explorar a questão das origens. O meio científico moderno é envolto de falsas premissas, que facilmente são absorvidas por cristãos fiéis. O resultado é que o debate das interpretações de Gênesis acaba sendo profundamente influenciado pelo cientificismo. Os princípios apresentados facilitam bastante a identificação desses pressupostos. Além disso, a sugestão do autor quanto à caracterização das interpretações dos dias sequenciais certamente ajudará o leitor a conhecer e formular melhor a sua própria visão.

Os tópicos abordados, embora bastante complexos, são tratados em uma linguagem simples, na qual os conceitos são sempre cuidadosamente apresentados. É o caso do exemplo em sua descrição dos “mitos modernos”, ao qual Poythress dedica as páginas 87 a 94 (além de uma ilustração complementar no

Apêndice D). Por isso, o leitor que não tem familiaridade com assuntos científicos poderá aproveitar grande parte do conteúdo. Aqueles com mais bagagem teórica, por sua vez, identificarão a precisão e a seriedade com as quais a ciência é tratada, e aproveitarão o texto em toda a sua profundidade. Embora seja um lançamento recente, esperamos que a obra possa ser traduzida em breve para o português, a fim de que tenha maior impacto na igreja brasileira.